
DOCUMENTOS RELATIVOS À REVISÃO OFICIAL DE CONTAS

31 de dezembro de 2017

Município do Concelho de Chaves

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

31 de dezembro de 2017

Município do Concelho de Chaves

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião com reservas**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de MUNICIPIO DO CONCELHO DE CHAVES que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 177.698.918,41 euros e um total de fundos próprios de 89.413.327,64 euros, incluindo um resultado líquido de 3.237.719,27 euros), a demonstração dos resultados e os mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de 30.963.547,86 euros de despesa paga e um total de 32.146.494,19 euros de receita cobrada) relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Município do Concelho de Chaves em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor local em Portugal previstos no POCAL.

Bases para a opinião com reservas

Por considerarem indevida a faturação referente a custos com saneamento, água, mínimos garantidos e juros de mora do fornecedor “Águas do Norte”, no valor de cerca de 1.937.224,61 euros, não foram reconhecidos contabilisticamente os respetivos débitos, que se encontram reclamados judicialmente.

Dada a imprevisibilidade do resultado da demanda, que pode ter efeitos patrimoniais relevantes no património da entidade, foram estimadas provisões para riscos e encargos que tendem a cobrir o respetivo risco no montante de cerca de 968.612,30 euros.

Face à elevada incerteza relativamente ao desfecho do litígio, não nos é possível avaliar com segurança razoável a estimativa contabilística constituída de forma não consistente, e consequentemente quantificar os eventuais ajustamentos no passivo e nos resultados decorrentes da eventual exigência de pagamento destes débitos, acrescidos de eventuais juros de mora.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Chamamos a atenção para os seguintes factos, constantes das notas do Anexo:

- a) Foi reconhecido no exercício o valor em dívida, ao abrigo das disposições previstas no art.º 83.º da Lei de Orçamento de Estado para 2018, a domiciliar no Contrato Promessa de Regularização de Dívidas entre o Município e as Águas do Norte, S.A., referente a “Saneamento” (2010-2016) e respetivos juros de mora, num total de €5.621.071,15. Este movimento teve ainda como consequência, além da modificação das bases para a opinião com reservas atrás considerada, a reversão de provisões para riscos e encargos constituídas em anos anteriores, no valor de €1.534.376,91;
- b) Estão em curso quatro processos de expropriação de terrenos, já avaliados em sede de tribunal e ou comissão arbitral, cujo montante global ascende a cerca de 1,5 milhões de euros, tendo já sido depositados cerca de 1,103 milhares de euros.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor local em Portugal previstos no POCAL.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa

opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Chaves, 6 de abril de 2018

O Revisor Oficial de Contas



Rodrigo, Gregório & Associados SROC, Lda

SROC N.º 170, representada pelo sócio

Dr. Rodrigo Mário de Oliveira Carvalho (ROC n.º 889)